

**(Re) construindo conceitos e consensos:  
um olhar sobre a violência doméstica**

**(Re) constructing concepts and  
consensuses: an overview on  
domestic violence**

Prof<sup>a</sup> Dra. Rosilda Baron Martins<sup>1</sup>  
Prof<sup>a</sup> Ms. Marisa Marques Ribeiro<sup>2</sup>

RESUMO

O texto discute as tensões pelas quais passam as instituições sociais – família e escola – que enfrentam desafios a fim de definir o seu lugar no tempo-espaço que se deslocam sem parar e com intensidade crescente, algumas vezes parecendo que a ação anteceda à conceituação. Aborda, ainda, a família contemporânea, que longe de ser um fim em si, tornou-se uma instituição onde os direitos e os desejos subjetivos levam a melhor sobre as obrigações categóricas. Neste contexto, encontra-se o grande paradoxo pós-moralista: proliferam as associações de proteção a infância e ao adolescente seja pela sociedade civil ou pelos poderes públicos e, ao mesmo tempo, cresce a violência exercida contra os filhos. O debate em torno dessa questão recomenda a necessidade de que as associações/parcerias/projetos contemplem iniciativas capazes de melhorar as condições de vida das famílias, considerando-se que o investimento na educação é o melhor caminho para reduzir todo tipo de violência doméstica.

Palavras-Chave: Família/Escola, Violência doméstica, Educação, Políticas públicas

ABSTRACT

This text discusses the tensions that the social institutions - family and school - go through. That is, facing challenges in order to determine its place in time-space since it

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do Programa de Mestrado em Educação das Faculdades Integradas Católicas de Palmas - FACIPAL e Coordenadora do Núcleo e Pesquisa e Pós-graduação do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE – Ponta Grossa/PR.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e Coordenadora do Projeto de Prevenção à Violência Doméstica do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa.

is displaced continuously and with increasingly intensity. It seems that sometimes the action precedes the conceptualization. It still deals with the contemporary family, which beyond of being an end in itself, became an institution where the subjective rights and desires take advantage of the categorical obligations. In this context raises the largest paradox post-moralist that is the increasing of protection associations to the infancy and adolescent, either by civil society or by public sectors, at the same time that violence against children grows. The discussions about this issue recommend to the association/partnership/projects initiatives capable of improving the living conditions of families with the purpose of minimizing this problem. It has to be considered that investments in education are the best solution to reduce any kind of violence against children.

Key words: family/school, domestic violence, public politics

É sabido que a própria sociedade cria suas instituições sociais<sup>3</sup> capaz de legitimá-las como tal, por meio da transmissão da ideologia dominante. Se a realidade social se configura contraditória, expressando no seu cotidiano uma correlação de forças entre diferentes segmentos sociais, a família e a escola, como agências socializadoras, vêm refletidas no seu dia-a-dia essas e outras contradições.

Desse modo, relações sociais mais amplas atravessam os seus muros, enquanto participam de uma dinâmica interativa/dialética com a sociedade.

Integradas no sistema produtivo hegemônico, elas verão refletidas no seu cotidiano as marcas divergentes de um sistema capitalista. Por certo, isso não se concretiza no dia-a-dia institucional e, sim, como parte integrante do seu movimento histórico em que as contradições exprimem-se nos modos mais peculiares de interação entre sujeitos concretos, seja nas suas relações sociais mais íntimas ou, enquanto sujeitos coletivos que se constituem no social mais amplo, nas mais variadas formas de vontade, paixão, amor, ódio, idéias,

---

<sup>3</sup> Neste trabalho entendemos por Instituições Sociais “a ponte, dotada de estrutura representativa, através da qual transitam as volições dos interesses particulares para todos que se coagularem na vontade política geral articulada pelo princípio majoritário e, portanto, na lei jurídica obrigatória para a comunidade inteira. Por meio deste complexo processo, as relações atomizadas que caracterizam a existência social moderna dão vida a instituições representativas e, por seu intermédio, a instituições normativas vinculatórias, que asseguram a reprodução da própria existência social em seu conjunto.” Ver Umberto Cerroni, *Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

habilidades, derrotas, vitórias, etc.

Nesse sentido, é fundamental termos presente que as instituições tomam parte do momento conjuntural político-econômico do país, enquanto são constituídas e passam a ter poder de interferência na práxis cotidiana. É nesta troca dialética que os sujeitos sociais co-participam de sua constituição, na medida em que o próprio movimento interno institucional ganha a sua dinâmica no processo interacional, por causa das relações entre sujeitos concretos que se mantêm em constante troca com a totalidade social.

Tanto na família como na escola, podemos acompanhar de perto como os reflexos de políticas sociais mais amplas que as perpassam e se expressam concretamente no cotidiano de suas crianças e jovens. É claro que isso se dá por meio de inúmeras mediações, nem sempre tão claramente percebidas, mas como podemos observar, na presença de sinais das contradições sócio-econômicas-políticas que fazem o momento atual brasileiro.

Neste século, quando as instituições sociais são abaladas/estremecidas, as quais aparentavam ser firmes, um deslocamento das esperanças, nos faz encontrar na mistura de vozes

atualmente instalada, uma instigação para o aprofundamento de concepções e práticas de política e educação que, sem minimizar a ação do Estado, perceba e reforce a rede potente de decisões com que com que o cotidiano suporte ou estabeleça resistência aos rumos que a história vai tomando.

As expectativas com que acompanhamos os avanços da civilização, os altos investimentos no progresso, vêm sendo confrontados com o que, por ser negado e marginalizado, refluí em revanche no seu interior: a barbárie. Como salientam Linhares e Garcia (1996, p. 17),

*É aí que a riqueza em concentração mostra sua própria pobreza que se faz com a multiplicação da miséria. (...) Não há mais como escamotear os riscos vertiginosos da direção histórica assumida até aqui. Não há mais remendos a serem feitos. O amesquinhamento da história só poderá ser ultrapassado pela invenção de vida – de política, de razão e de educação, como um novo tipo de investimento na humanidade.*

Não podemos contestar que qualquer mudança<sup>4</sup> parte de vazios que precisam ser preenchidos. Por certo,

---

<sup>4</sup> O sentido de uma mudança (...) tem sua lógica própria e varia em função das culturas dos atores, das relações sociais em que estão envolvidos e das transações que se estabelecem entre eles a propósito de uma mudança projetada. É preciso que aqueles que vão implementar e executar projetos inovadores, percebam-se como sujeitos do processo, reconhecendo-se nele, e de alguma forma, tomando-o para si e o transformando em prática. Para ler mais recorrer a Thurler, M. G. Inovar no interior da escola. Porto Alegre: Artmed, 2001.

eles se mostram pela ausência de um sentido claro, com um tipo de perspectivas e planos arcaicos, enfim com uma incapacidade de restaurar velhos sonhos, se não nos dispusermos a reescrevê-los com um novo discurso, cunhado de práticas sociais instituintes<sup>5</sup> que nos ajudem a vislumbrar um futuro melhor.

Nesta aposta em que, ao invés de nos conformarmos com o sentido de perda e de fim de caminho, de priorizarmos a própria fome, a opressão, a violência, a morte, lembramos de Apple e Beane (1997), quando afirmam que os problemas exigem uma outra concepção social. A existência da pobreza e o crescimento da miséria, do desemprego, mostram que não adiantam remendos na superfície da sociedade e da política; temos que revirá-las pelo avesso, na busca da invenção de novas formas de convivência, de novos modos e de relações de produção e de partilha. Isso significa afirmar que a desigualdade, a hierarquia e o consenso passivo sejam substituídos pela ênfase na responsabilidade, na diferença, na solidariedade, na afirmação da vida.

As escolhas existenciais tendem a ser reduzidas às compulsões das vantagens consumistas, capazes de nortear o aprofundamento da competição que vai sendo reconhecida como norma incontestável para a economia e a política na cultura dominante. Os excluídos, avizinados de alguns grupos privilegiados, se vêem cotidianamente arrastados pelas catástrofes, contra as quais supostamente nada ou muito pouco poderia ser feito, considerando a pseudo irreversibilidade e autonomia tecnológica por um lado, e a pretensa necessidade de não repetir assistencialismos sociais.

Não podemos perder de vista que ao longo do século XX, vimos expandirem-se instituições sociais, as mais acreditadas, como a democracia e a escola. Quase que a totalidade das nações se declaram atualmente sob regime democrático e as taxas de escolarização não param de crescer<sup>6</sup>. Mas o que conquistamos com essa ampliação?

A democracia conquistada como um deslocamento do poder foi, conforme afirmações de Linhares e Garcia (1996, p. 19)

---

<sup>5</sup> Segundo Gadotti (1992), o projeto de uma sociedade e de uma escola mais igualitária supõe rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa: tornar-se instituinte instituído.

<sup>6</sup> Segundo Paulo Renato Souza, após sete anos e meio à frente do Ministério de Educação no governo de Fernando Henrique Cardoso, faz balanço positivo quanto ao aumento das taxas de escolarização no país, afirmando que a matrícula no ensino fundamental cresceu só 11% e a conclusão 77%. “A gente desatou o nó, botou mais gente dentro do sistema, universalizou e melhorou o desempenho. Com isso, desafogou o fluxo e o ensino médio cresceu 70%, o ensino superior cresceu 70%. Acho que foi o feito mais importante historicamente”. Ver Paulo Renato Souza, Até o último instante. Educação, a. 6, n. 61, maio/2002.

*Como que arrancada do corpo do rei sob a proposta de ser partilhada num espaço aberto de conflito e parece encolher-se numa gramática de regras processuais que asseguram a mesmice, a ampliação dos privilégios das elites e a exclusão crescente da maioria da população. Portanto, agora a democracia se equilibra entre negociações de gabinetes fechados – com a troca de favores e terrores – e processos de persuasão – atravessados por empulhações, seduções e coerções. Neste equilíbrio perverso, feito de farsas e artifícios, há poucos espaços para projetos políticos e sociais capazes de contemplar a dignidade pública e particular. A supremacia dada à remoção de obstáculos para garantir ao máximo a sobrevivência, sem maiores preocupações com os valores, o sentido da vida, a perspectiva da grandeza humana e de responsabilidade com o legado deixado pelo passado e com a construção do futuro. Os prazeres da recriação da vida são trocados por gozos rápidos, fugazes, de qualquer procedência.*

Desta forma, instituições sociais que fizeram um percurso ascensional no século que findamos, enfrentam desafios para definir o seu lugar no tempo-espaço que se desloca sem parar e com intensidade crescente, algumas vezes parecendo que a ação anteceda à conceituação. A apatia e

o silêncio parecem paralisar as classes populares que assistem pela televisão a resultados de decisões políticas ocorridas e negociadas em ambientes fechados, que vão ceifando as conquistas obtidas com um alto preço das gerações anteriores.

*As democracias modernas com distinções entre representantes e representados, destina diferentes posições para uns e para outros. O protagonismo dos representantes – agravado pelo individualismo e pelas condições econômico-culturais (...) cobra dos representados uma passividade que, com frequência oscila entre registros que vão do ciente ao silente que se conjuga com o papel das multidões que se levantam para aplaudir ou vaiar sem maiores conseqüências sistemáticas e duradouras (LINHARES e GARCIA, 1996, p. 24).*

Em relação à crise do trabalho, as tensões apontam para o desemprego e a violência crescentes enlaçadas por uma demanda voraz de capital, por um processo de avanço das tecnologias e por uma ampliação sem medida de espaços de investimentos, marcados por uma direção concentracionista. Kehl, destaca ainda, que uma característica específica brasileira de desemprego é a falta de perspectivas de trabalho, porque a pessoa que deseja alguma coisa não pensa ‘vou estudar e ter o que eu quero’. A maioria vai roubar, traficar, porque não há outro caminho. E acrescenta: “Se todos re-

agissem diante da falta de perspectiva do mesmo jeito, a gente estaria vivendo uma espécie de barbárie total” (2000, p. 40).

Nesse contexto, a escola pública, como instituição social que mergulhou suas raízes e trajetórias em promessas de cidadania e valorização do patrimônio racional com vistas a uma equidade ou igualdade social, vem sendo mais do que negada em palavras, negligenciada e empurrada na direção do aprofundamento da exclusão social. A escola parece tragicamente vazia, precisando urgentemente ser preenchida com projetos, de significações de desejos.

A escola, como parte da sociedade, sofre os reflexos de uma realidade cuja tendência é a valorização das aparências, a supremacia do poder individual. Piva e Sayad citando Castells (2000, p. 34), colocam que “enquanto organizamos, por cima, a nova ordem econômica e tecnológica, um amplo setor de jovens está construindo, por baixo, uma desordem alternativa feita da negação a um sistema que os nega”. É, segundo os mes-

mos autores, o que ele denomina de ‘nilismo juvenil de um novo tipo’, que precisa ser conhecido em profundidade para o enfrentamento da gestão dos novos problemas sociais. Trata-se de uma questão em escala planetária. Somente restabelecendo as pontes do contato com a juventude, em todos os países, poderemos realmente construir o nosso futuro.

Já não nos basta repetir que a educação escolar é um direito de todos. O combate à violência e o fortalecimento da paz passa necessariamente pela educação. Diante dessa perspectiva, a educação compreende o ser humano na sua totalidade, insere-o em seu contexto, auxiliando e com ele construindo novos referenciais e valores sociais.

A violência que, hoje, se instaura por diversos fatores<sup>7</sup>, é fruto de um novo modo de vida que tem no lucro o objetivo final, reproduzindo-se na exploração do homem e na alienação da relação sociedade – natureza. Lidamos diariamente com um ambiente degradado, onde impera a fome, falta de saneamento básico, saúde, educa-

---

<sup>7</sup> O Núcleo de Estudos da Violência da USP divulgou recentemente a pesquisa “O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo. O estudo revela que o tipo de infração cometida pelos adolescentes está vinculado ao nível de escolaridade. O crime praticado contra o patrimônio é mais praticado por menores que não concluíram o ensino fundamental ou são analfabetos. A agressão física é o delito mais freqüente entre adolescentes que ingressaram no ensino médio. Os jovens de nível superior cometem, por sua vez, crimes de trânsito, com destaque para a falta de habilitação e direção perigosa. A entidade analisou 3.893 processos envolvendo adolescentes infratores entre 12 e 18 anos nas quatro Varas da Infância e da Juventude de São Paulo, no período de 1993 a 1996. Ver melhor em Piva e Sayad. Alta tensão. São Paulo, Educação, a. 26, n. 227, mar. 2000.

ção e, mais dramático, assistimos a degradação humana, a falta de amor-próprio, de respeito para com o próximo e a banalização de valores vitais.

A escola, enquanto parte desse sistema, não está imune ao que se passa no mundo externo, devendo não só ser objeto do *voyerismo* acadêmico mas, principalmente, contribuir na (re)construção de conceitos e de práticas de resistência ao fenômeno da violência.

Diante do quadro exposto, o fato de as instituições sociais não diagnosticarem adequadamente o fenômeno da violência, corremos o risco de, segundo Candau (2001, p. 146 - 147),

*a afirmação do desenvolvimento da cultura da violência, que se alastra cada vez mais e favorece todo um processo de banalização e naturalização de diferentes formas de violência. (...) o que faz com eu situações, algumas vezes as mais comuns mobilizem comportamentos de grande agressividade e distintas reações violentas. (...) Tal realidade provoca*

*que as pessoas, incluídas crianças e jovens terminem por ter 'a violência escondida na pele'.*

Nesse sentido, esse fenômeno, fruto da crise do processo civilizatório, também estimulado fortemente pela mídia<sup>8</sup> no caso brasileiro, é possível afirmar que uma cultura marcada pela violência acompanha toda sua história, multiplicando-se, ao longo do tempo, as formas de autoritarismo, exclusão, discriminação e repressão. Não se trata, conforme destaca Candau (2001, p. 147), “de uma realidade nova, mas sim de uma complexificação de um componente estruturante da nossa história. Neste processo, as dimensões estrutural e cultural da violência se interpenetram cada vez com mais força.”

Nesta perspectiva, uma questão presente na problemática da violência presente no cotidiano das crianças e adolescentes, é a que diz respeito à violência familiar, sendo que o fomento para o exercício da violência vem de todos os lados, da família desagregada ao processo crescente de exclusão social.

---

<sup>8</sup> A violência é estimulada pela mídia, especialmente por vários programas de televisão aos quais as crianças e adolescentes são particularmente adeptos. E aí, nem a TV Cultura escapa, apesar da busca permanente pela qualidade da programação. De acordo com um mapeamento da ONU, realizado em 1998, os desenhos animados da televisão brasileira exibem 20 crimes a cada hora. Segundo dados do estudo, a organização monitorou durante uma semana 912 horas de desenhos animados exibidos em seis emissoras. Foram detectados 1.432 crimes, a maioria de lesão corporal (57%), seguida de homicídio (30%). Quase nunca o criminoso é punido, existe a intenção de matar ou ferir e a motivação é normalmente justificável. Para ler mais Piva e Sayad. Alta Tensão. São Paulo, Educação, a. 26, n. 227, mar. 2000.

Lipovetsky (1994, p. 13), corrobora com a afirmação, quando explicita que

*oscilando entre dois extremos, as sociedades contemporâneas, cultivam dois discursos aparentemente contraditórios: de um lado o da revivescência da moral, do outro, o do precipício decadentista ilustrado pela escalada da delinqüência, pelos ghettos onde seviciam violência, droga e analfabetismo, pela nova grande pobreza, pela proliferação dos crimes financeiros, pelos progressos da corrupção na vida política e econômica. Sem dúvida, faltam elos de ligação entre dois pólos. Podendo a efervescência ética ser interpretada como reação à decrepitude dos comportamentos, recuperação das consciências confrontadas com a irresponsabilidade individualista.*

Diante do exposto pelo autor e no que se refere ao objeto de estudo deste trabalho – violência doméstica, indagamos: Como podem indivíduos virados para si próprios, indiferentes aos valores como ao bem público, indignar-se, dar provas de generosidade, reconhecer-se na reivindicação ética? Como recolocar a ética, ou seja, a ordem moral, quando dá mostras da sua ostensividade? Qual a natureza desse ressurgimento e de que moral se fala exatamente?

Por certo, não há nenhuma invenção de novos valores morais; no essencial, eles são os mesmos de há

séculos e milênios a esta parte. Longa continuidade que, no entanto, não deve suprimir a nova maneira de encarar os valores, a nova disposição social da moral neste ponto inédito em que ela institui uma nova fase na história ética moderna. Visto de perto, o efeito da reanimação domina: a uma maior distância, somos testemunhas de uma enorme oscilação cultural que, para conjugar todas as referências humanistas, acaba por instalar uma ética de ‘terceiro tipo’.

Dessa forma, depreendemos que as realidades presentes são eloqüentes: enquanto a exclusão social e profissional tende a tornar-se um mecanismo estrutural da sociedade, vemos multiplicar famílias sem pai, os analfabetos, o aumento do consumo das drogas, as violências de todo tipo, o aumento das violações e dos assassinios. Outros tantos fenômenos cuja responsabilidade é preciso atribuir, em parte, às políticas neoliberais, mas igualmente à desagregação das instâncias tradicionais de controle social como a Igreja, a escola, a família.

A novidade da época contribui para fragmentar, para dualizar as democracias, produzindo, segundo Oliveira

*Um equívoco que sustenta a aparente legitimidade de alguns direitos que nada mais são do que privilégios individuais. Esta noção de direitos tão repetida, divulgada e valorizada termina por justificar a legitimar desigualdades sociais de todo tipo.*



(...) *O pior é que a hipertrofia desta noção nas sociedades ocidentais contemporâneas leva-as a um afastamento crescente das noções de solidariedade, coletividade e cooperação, fundamentais em uma democracia. Os cidadãos dessas sociedades trabalham para garantir e ampliar seus próprios direitos, independentemente de sua validade social ou ética intrínseca, e sem se preocuparem com a possibilidade desses direitos só poderem ser exercidos num contexto de desrespeito aos direitos de outros e/ou das comunidades e grupos mais amplos* (2000, p. 22).

Consoante com a afirmação da autora, depreendemos que a defesa das desigualdades nas sociedades ocidentais, consideradas como fruto inevitável da liberdade de escolha e de ação, do espaço aberto às diferenças e do mérito de cada indivíduo na condução de sua vida, esse problema, para além dos prejuízos diretos vinculados ao caráter intrinsecamente anti-democrático de qualquer desigualdade, prejuízos indiretos devidos à redução do direito à diferença.

Assim, o que é simultaneamente produzido é mais normalização e mais anomia, mais integração e mais exclusão, uma maior preocupação higienista e mais auto-destruição, mais horror pela violência e uma maior banalização da delinquência, mais *cocooning* e mais sem-abrigo. É em torno deste conflito estrutural do individualismo,

que se joga o futuro das democracias: fazer recuar o individualismo irresponsável, redefinir as condições políticas, sociais, empresariais, escolares, familiares, capazes de fazer progredir o individualismo responsável.

Insta destacarmos que se a razão moral aponta para um norte, apenas a reflexão, a sabedoria, nos pode fazer chegar até ele. Nem outros valores legítimos para além dos valores humanistas, nenhum outro meio que não seja a inteligência teórica e prática. A recuperação da sociedade deve reafirmar a primazia do respeito pelo homem, denunciar as armadilhas do moralismo, promover ações inteligentes nas empresas, bem como na relação com o meio ambiente, com a escola e a família, favorecer soluções de compromisso baseados em princípios humanistas, em consonância com as circunstâncias, os interesses e as exigências de construção de um mundo melhor.

Como fazer isso? Que meios dispomos para corrigir as injustiças do mundo, construir um mundo social menos desumano, mais responsável?

Acreditamos que, não sendo os homens nem melhores nem piores do que em outros tempos, apostemos coletivamente na ciência e na formação, menos exigentes para os indivíduos mas mais eficazes socialmente, mais aptas a responsabilizar os homens, capazes de corrigir os excessos ou indignidades do mundo contemporâneo. As injustiças, as infâmias nunca desaparecerão: tudo o que

podemos fazer é limitá-las, reagir mais inteligentemente, acelerar a operacionalização diante dos problemas e objetivos propostos.

Se o progresso moral tem um sentido na história, ele não assenta apenas um maior respeito pelos direitos do homem, mas também na nossa disponibilidade como educadores para retificar mais rapidamente o que não se pode mais tolerar e investirmos na capacidade de ganhar tempo contra o mal e a dor dos homens. É nesse sentido, que a seguir, buscamos aprofundar o estudo sobre a família como subsídios para compreendermos a violência doméstica contra crianças e adolescentes.

### 1.1 A FAMÍLIA: OLHARES E CONTORNOS

Especificamente no caso brasileiro, o estudo sistemático da família, só recentemente tem sido objeto de reflexão, apesar do papel relevante desempenhado pela família na História do Brasil, desde o início do período colonial.<sup>9</sup> A partir do momento que foi reconhecida a sua importância como instituição social fundamental

para entendermos a natureza das sociedades, uma análise mais apurada tornou-se imprescindível, especialmente no contexto atual em que há muito a pesquisar e desvendar nesse emaranhado de afirmações, muitas vezes, complexas e contraditórias.

É evidente que a família patriarcal deixou na sociedade resquícios da sua organização, o que não significa que possa ser considerada ainda como o único modelo institucional e válido que sirva para caracterizar a família brasileira de modo geral.

A idéia predominante no século XIX é que a reorganização moral e a defesa das sociedades liberais deveriam passar pelo reforço da ordem e das virtudes domésticas, em particular das classes trabalhadoras. Lipovetsky (1994, p. 34) coloca que “sem lar não há família, sem família não há moral e sem moral não há nem sociedade nem pátria”.

Assim, segundo o mesmo autor, higienistas, filantropos, uniram esforços para construir o lar operário, inculcar hábitos de temperança e de higiene às classes depravadas, tirar o pai do *cabaret* e levá-lo para casa, regular as uniões, reduzir os nascimentos ilegítimos, separar os sexos e

---

<sup>9</sup> Conforme estudos de Eni de Mesquita Samara, na obra *A família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência. Segundo a autora, tal concepção de família, explorada por estudiosos como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, permaneceu tradicionalmente aceita pela historiografia como representativa, estática e praticamente única para exemplificar a sociedade brasileira, esquecidas as variações que ocorrem nas estruturas das famílias em função do tempo, espaço e dos grupos sociais.*

as idades no habitat popular. A era inaugural das democracias industriais caracterizou-se por uma estratégia sistemática de normalização disciplinar das condutas das massas, de inculcação dos deveres, com vista à criação de uma célula familiar conveniente e ordenada. A esfera familiar encontra-se sob a tutela do dever e submetida às empresas de moralização higienista e disciplinar.

Salientamos, por oportuno, o primado da família sobre a felicidade dos indivíduos<sup>10</sup>. As relações pais-filhos não escapam à preponderância do dever, e isto, paralelamente, à descoberta da criança. Tal circunstância, concebe a educação e a promoção da criança como tarefa primeira, imperativa da família, pelo menos nas classes burguesas e pequeno-burguesas. Assim, o dever principal dos pais é zelar pela educação dos filhos, assegurar a sua escolarização, preparar-lhes um futuro melhor, contribuindo para que a educação retomasse um modelo disciplinar centrado na autoridade parental e nos deveres filiais de obediência.

A obediência e o respeito aos pais constituem as maiores virtudes a inculcar aos filhos: até os anos cinqüenta, o quinto mandamento, “honra teus pais”, permanece. A autoridade dos

pais continua a ser exercida no que toca ao casamento: até 1896, a autorização parental para o casamento é obrigatória até aos 25 anos. Nos meios operários, os casamentos determinam-se livremente, mas nas classes burguesas e camponesas anteriores a 1959, os casamentos são frequentemente arranjados pelas famílias, continua a ser difícil escolher um cônjuge não aceite pelos pais (SAMARA, 1986).

Até meados do século XX, as sociedades modernas enaltecem os direitos do indivíduo igual e autônomo, mas por toda a parte foram requisitados deveres para repelir os perigos individualistas do espírito de lazer e de anarquia. Esta afirmação “da soberania individual e o reconhecimento do direito à felicidade seguiram de mãos dadas com a celebração do primado do dever para com a coletividade” (LIPOVETESKY, 1994, p. 49).

Diante do exposto, podemos inferir que o desenvolvimento das ligas da virtude e das sociedades filantrópicas, a partir do século XIX, ilumina com contra luz a supremacia da cultura do dever. Assim, o mesmo autor completa (1994, p. 15)

*Num século que vê crescer a miséria popular, a sobrepopulação dos casebres, os nascimentos ile-*

---

<sup>10</sup> Segundo Lipovetsky, no prefácio de Um divórcio de Paul Bourget, ele “proclama, com Bonald, Comte, Balzac, que a unidade social reside na família e não no indivíduo: os tribunais declaram que transmitir, com conhecimento de causa, a sífilis ao cônjuge não constitui necessariamente causa de separação de corpo, os deveres familiares têm prioridade sobre os direitos subjectivos” (1994, p. 48).

*gítimos, que se alarma com o aumento do alcoolismo, do concubinato, da pornografia, da prostituição, são criadas inúmeras associações que têm como projecto a reimplantação da moral pública e privada, a difusão das virtudes da ordem e de temperança, de higiene e de economia nas classes populares.*

A luta contra o povo faz-se acompanhar, entre os filantropos<sup>11</sup>, de estratégias a fim de esmagar o vício enraizado no ideal moderno das democracias liberais ameaçadas pela degradação, ou seja, estes adaptaram-se à era das massas. Assim, empregando os novos métodos de comunicação moderna<sup>12</sup>, voluntários de ambos os sexos e de todas as idades fizeram apelo às doações das classes superiores, organizaram-se num exército hierarquizado<sup>13</sup> a fim de levar a cabo ações contra a desmoralização social.

É importante destacar que, da mesma forma que o combate para acabar com o vício resultou da separação religiosa, também ultrapassou as fronteiras nacionais: as associações

e conferências internacionais contra a pornografia, o tráfico de brancos, o perigo venéreo, a degradação dos jovens vêm a luz do dia até o final do século XIX. Isso se dá, principalmente, pela crença de que a democracia não pode subsistir e nem progredir sem moralidade pública, sem cidadãos esclarecidos e responsáveis, colocando o saneamento dos costumes como um imperativo maior dos novos tempos, assentes na liberdade e no sufrágio universal. Nesse sentido, a filantropia concretizou, no campo da ação reformadora, a supremacia moderna da moral e da utilidade, herdada das Luzes.

Ao longo do século XIX e até a Segunda Guerra Mundial, esses referenciais foram largamente valorizados pelas correntes de pensamento mais diversas: os deveres do trabalhador, do pai, do cidadão. Desse ângulo de análise, podemos afirmar que a ordem moral do trabalho, da família e da pátria, não deixou de acompanhar o primeiro momento histórico do individualismo contemporâneo, preocupado em reerguer a moralidade

---

<sup>11</sup> Os filantropos modernos definiam-se como educadores, reformadores da sociedade civil e da vida privada, voltados para a construção da cidadania republicana.

<sup>12</sup> Dentre esses métodos modernos de comunicação destacam-se os periódicos, folhetos, manuais de higiene, debates públicos, congressos, campanhas de divulgação.

<sup>13</sup> A exemplo disso podemos citar a criação do Exército da Salvação fundado em 1869. Também foram criados numerosos organismos inéditos a fim de corrigir atitudes indignas e de regenerar a família: escola de pobres, caixas de poupança, habitações sociais, aulas noturnas, bibliotecas, lares para crianças vadias, refúgios para raparigas sem família, reunião de mães, lares de reabilitação de prostitutas, dentre outros. A esse respeito ler Gilles Lipovetsky, *O crepúsculo do dever*, 1994.

pública e privada, através da afirmação dos deveres primeiros do indivíduo em relação à coletividade.

Ninguém duvida que a atenção dada às questões morais não se vê reforçada. Nestas condições, o que dizer quando os prazeres, lazeres e direitos subjetivos estão cotidianamente estimulados e exaltados? Quando há uma forte tendência de anular a idéia de dívida para com o coletivo? Será que este despertar ético significa desenvolvimento de uma moral individualista indolor e sem sacrifícios?

Em se tratando da família, perceberemos uma viragem de 180 graus. Àquela família, reprodutora das relações de propriedade e de domínio repressivo, a qual constituía objeto de acusações veementes, com uma juventude ávida de liberdade (especialmente nos anos 60 em diante), contrapõem-se, hoje, a família que deixou de ser a esfera da qual os jovens procuram escapar o mais cedo possível. “Os jovens coabitam durante cada vez mais tempo com os pais, o *cocooning* é vedeta, os adolescentes, em grande maioria declaram-se entender bem com os pais” (LIPOVETSKY, 1994, p. 182).

Certamente, é importante enfatizar que a reabilitação da família não significa, em nada, o retomar dos tradicionais deveres prescritos pela moral burguesa e religiosa. Nas sociedades contemporâneas celebra-se a família mas, esvaziada de suas antigas prescrições obrigatórias em benefício da

realização pessoal e dos direitos do sujeito livre, como direito à concubinação, à contracepção, à separação dos cônjuges, direito à maternidade fora do casamento, direito à uma família pouco numerosa. Enfim, já não há um dever rigoroso a dominar os direitos individuais: o único casamento legítimo é o que dá felicidade.

Lipovetsky ilustra bem a colocação acima, quando expõe em sua obra *O crepúsculo do dever*

*O que resta da moral familiar tradicional da era dos bancos dos gametas, dos embriões congelados, da inseminação artificial e da fecundação in vitro? Em muito pouco tempo, esses métodos subverteram literalmente os conceitos tradicionais de filiação, de paternidade e de maternidade: uma mulher pode ser fecundada por um genitor anônimo ou por um homem falecido, a mulher genitora e a mulher gestante podem ser dissociadas, a mãe de uma mulher pode trazer ao mundo o filho da sua própria filha. Com as novas técnicas de reprodução, a procriação de uma criança sem pai, a maternidade, a paternidade sem relação sexual tornaram-se possíveis. Não assistimos o ressurgir da ordem familiar, mas à dissolução pós-moralista, já não é o dever de procriar e de casar que nos caracteriza, é o direito individualista à criança, mesmo fora dos laços conjugais (1994, p. 183).*

Concordamos com a colocação do autor, pois o que percebemos, hoje, é que longe de ser um fim em si, a família tornou-se uma instituição onde os direitos e os desejos subjetivos levam a melhor sobre as obrigações categóricas. A família como instrumento de realização das pessoas, a instituição obrigatória, metamorfoseou-se em instituição emocional e flexível<sup>14</sup>.

Junto aos males que acompanham a família atual “consumista”, já larga-

mente sublinhados<sup>15</sup>, somam-se outros ligados ao aspecto demográfico, uma vez que observa-se a queda desastrosa das taxas de fecundidade<sup>16</sup> (especialmente desde os anos setenta), implicando na não renovação das gerações, a perda de identidade nacional e declínio do próprio Estado-Nação<sup>17</sup>.

As implicações da queda das taxas de fecundidade (pela escolha própria do individualismo pós-moralista),

---

<sup>14</sup> Segundo Simone Sotto Mayor (2000), a cultura de transgressões que se faz presente na sociedade atualmente, colabora para a crença de que se desviar da lei só um pouquinho, não faz mal. Dessa forma, as pessoas acabam criando suas próprias leis e ensinam os filhos a fazerem o mesmo. Dentro de casa pode? Então, deve poder também dentro da casa dos amigos, na escola, ou no bar perto da escola, de dia, de noite, a qualquer momento. Algumas famílias estão pagando alto por causa da conduta “desviante dos filhos”, tais como: uso abusivo de bebidas alcoólicas de forma generalizada e indiscriminada gerando as piores conseqüências: nunca tantos jovens morreram em acidentes de trânsito nas madrugadas das grandes cidades. Muitos pais, diante da situação, ficam confusos, ambíguos, angustiados, não sabem nem se têm direito de interferir na vida dos filhos.

<sup>15</sup> Atualmente, vive-se além da desumanização das novas técnicas de procriação, o drama do divórcio, o apagamento da figura paterna, crise das referências de identidade da criança.

<sup>16</sup> Sem dúvida que existem famílias menos numerosas do que antigamente mas, ao mesmo tempo, há mais casais que têm mais do que um filho, e isto no período compreendido entre as duas guerras. Sem dúvida, as taxas de fecundidade baixam nos jovens, mas aumentam nas mulheres mais velhas, que retardam tendencialmente o nascimento dos filhos desejados. A dinâmica neo-individualista não significa recusar os filhos, mas sim, tê-los quando se quiser e ter quando os desejar.

<sup>17</sup> A polarização e extorsão econômicas, típicas da economia mundial contemporânea, pôs em questão, no final do Século XX, o direito à autodeterminação nacional universalmente admitido depois da Segunda Guerra Mundial levando países e continentes inteiros ao limiar da dissolução nacional. Um quarto de século de “neoliberalismo” destruiu conquistas sociais em grande escala e subordinou, em quase todos os países, os direitos sociais a uma suposta (e quase nunca verificada) “eficiência econômica”. O século que concluiu acabou pondo a cidadania efetiva e a autodeterminação nacional, diante de uma alternativa cada vez mais clara: sua destruição, ou sua vigência apenas formal, no quadro do regime social existente; ou sua vigência e desenvolvimento efetivos num regime social completamente diverso, baseado numa total desorganização econômica em favor e realizada pelos trabalhadores e as maiorias populares do mundo inteiro. A esse respeito ver Osvaldo Coggiola. Autodeterminação nacional, 2003.

ilustra a situação em que vivemos hoje: já não se trata de sacrificar a vida pessoal ou profissional a nascimentos múltiplos, mas também não há que privar-se das várias alegrias oferecidas pelos/por filhos. Como na empresa, a palavra-mágica é vencer, ganhar “em todas as frentes”, “ter sucesso na vida profissional e na vida pessoal”, pode oscilar os índices de fecundidade, mas não é “uma máquina de guerra virada contra a natalidade”. Isto porque acontece numa época que não se quer renunciar a nada e ter filhos faz parte integrante da qualidade total da existência.

Nesse contexto, a supremacia dos direitos individuais sobre os deveres acaba afetando a idéia de respeito e dedicação filial. A educação do tipo liberal-psicológico presente nos dias atuais, que prioriza os valores de liberdade individual, colaboram para a destruição dos direitos filiais.

Já não se criam os filhos para que honrem os pais, mas para que sejam felizes, para que se tornem indivíduos autônomos, senhores de suas vidas e das suas afeições. Numa sociedade baseada na expressão e na afirmação da personalidade individual, o culto imemorial dos pais perde irremediavelmente sua força, cada um é reconhecidamente livre e vive, antes

de mais nada, para si próprio. O sacrifício do eu em benefício dos desejos dos pais já não tem legitimidade social, o significado de um amor filial regressa inelutavelmente, dando lugar, na melhor das hipóteses, ao cada um em sua casa e, na pior, à violência<sup>18</sup>. Sem dúvida, estamos diante de uma tendência extrema; hoje em dia, os pais idosos vivem sozinhos, esperam a morte em serviços hospitalares ou em lares de quarta idade.

O processo de erosão dos deveres não é ilimitado, uma vez que nada causa mais indignação nos dias de hoje, do que não acariciar /cuidar dos filhos, preocupar-se com a sua felicidade. Quando mais terreno ganham os valores individualistas, mais se reforça o sentimento dos deveres para com os filhos; quanto mais periga o espírito de obrigação para com a grande sociedade, mais a noção de responsabilidade para com os pequeninos ganha em autoridade. Nenhuma outra obrigação moral positiva beneficia, sem dúvida, de uma legitimidade tão forte: a era pós-moralista enfraquece globalmente os deveres, mas alarga o espírito de responsabilidade em relação às crianças.

Certamente, por essas e outras razões é que os pais são considerados culpados pelo insucesso de seus

---

<sup>18</sup> Nos Estados Unidos constituíram-se associações de pais espancados. Na Noruega, no Canadá e, também, nos Estados Unidos, 1 em cada 5 pessoas de idade seria vítima de sevícias psicológicas e de exploração financeira no seio da família e 2 a 5% sofreriam violências físicas. Para aprofundamento ler mais Lipovetsky, Gilles. O crepúsculo do dever, 1994.

filhos, principalmente pela escola. Na maioria das vezes, os professores atribuem o fracasso escolar pelo desinteresse dos pais em relação à educação dos filhos, displicentes porque não acompanham suficientemente os estudos e tarefas de casa, por não participarem da vida da escola, a exemplo das associações de pais. São muitas as queixas e lamentações dos docentes “a culpa é da família que não se preocupa com as crianças”. A situação familiar é, ainda, mais caótica, pois quando a criança obtém sucesso, as falhas da educação familiar são mais sistematicamente salientadas e denunciadas. Já não há maus filhos. Apenas maus pais.

Essa cultura centrada na criança contribui, mais do que nunca, para colocar a família como responsável no que toca a dimensões da vida cada vez mais amplas e complexas. Isso se faz por intermédio de procedimentos muito eficazes: pela informação, pela sensibilização mediática<sup>19</sup>. É o tempo do bebê cidadão, consciente e comunicante, individualizado e sensível, que exige atenção constante. O tempo de prescrição dos deveres rigorosos ficou para trás, é dada a prioridade ao calor humano, à emoção, à atenção.

E aí encontra-se o grande parado-

xo pós-moralista: há séculos que as sociedades modernas exaltam a idéia da existência dos deveres para com os filhos, mas, ao mesmo tempo, continuaram fiéis a privilegiar os deveres dos filhos em relação aos pais. Agora, deu-se uma inversão: são os deveres dos pais que se impõem aos dos filhos, qualquer que seja a extensão do direito a ter filho (os). Atualmente, a ingratidão dos filhos causa menos espanto/escândalo do que a indiferença dos pais em relação à prole. “A violência exercida contra os filhos tornou-se aos olhos da opinião pública, uma das faltas mais imperdoáveis, mais intoleráveis” (p. 190).

Nesse aspecto, cada vez mais proliferam as associações de proteção à infância e ao adolescente seja pela sociedade civil ou pelos poderes públicos. Por toda a parte a proteção, a saúde, o desenvolvimento psicológico dos filhos estão em primeiro lugar. Dessa forma, a grande preocupação é que se há uma supremacia das obrigações, estas dizem respeito à esfera privada, em que as relações são principalmente afetivas e, nesse caso, o dever pode retroceder porque se afasta de toda e qualquer dimensão impessoal, autoritária, doutrinária, para se conciliar com a ternura, com os sentimentos.

---

<sup>19</sup> Em relação à mídia, observamos hoje o florescimento dos livros e guias práticos sobre a criança, os bebês são assunto essencial nas revistas, os conselhos sobre alimentação, a higiene, a psicologia, os jogos e as doenças já não são suficientes, agora explicam-se as potencialidades do feto e as competências do recém-nascido.



No reconhecimento das obrigações aliado aos sentimentos, sem nenhuma noção de imposição/doutrinação, há apenas a própria condição da verdadeira vida. A questão da ética parental

*coloca-se menos em termos de abnegação do que em termos de gestão generalizada: a dedicação dos pais já não se concebe como a negação de si próprio, mas sim como instrumento de realização integral individual, necessidade de ser útil, de amar e ser amado, necessidade de uma esfera de ação e de construção íntima, de uma vida mais intensiva e mais extensiva. [...] A moral dos pais, à semelhança da fidelidade contemporânea, participa da exigência da qualidade total, própria das sociedades neo-individualistas, através da legitimidade superior dos deveres parentais, é ainda a ética pós-moralista, escolhida, emocional, sem renúncia a si próprio que se manifesta (LIPOVETSKY, 1994, p. 193).*

Assim, se voltarmos na origem da família – o fenômeno da socialização humana, que pode ser explicado pelo fato de que o homem é um ser sociável, possui necessidade de conviver com seus semelhantes, para assim poder satisfazer suas aspirações, o desempenho dos papéis de pai e mãe é indiscutivelmente decisivo para (re) estabelecer a família necessária para os novos tempos contemporâneos.

Feitas essas considerações e diante do objeto de estudo deste trabalho, indagamos: Que sentido atribuir à noção de dever da família, de obediência filial quando, em matéria de casamento, de educação dos filhos, reconhecemos apenas o princípio da liberdade individual? O que fazer diante dessas contradições, em que quanto mais se obtém ganhos em relação à defesa da criança e do adolescente, mais são acometidos pela violência doméstica?

O debate em torno dessa questão deve levar em conta alguns aspectos. O primeiro é a necessidade de que as associações/projetos/parcerias contemplem iniciativas capazes de melhorar as condições de vida das famílias a fim de minimizarem o problema. Não há dúvida de que o investimento em educação é o melhor caminho para reduzir todo tipo de violência doméstica. É o grande salto que as escolas devem dar, passando pela qualidade do ensino. Não se trata de utopia. Melhorar a qualidade da educação é uma tarefa que não pode ser adiada e, a abertura da escola aos problemas sociais caminha na mesma direção e intensidade.

Há consenso entre educadores de que a melhor forma de resolver o problema da violência é transformar a escola em espaço de todos – alunos, pais, moradores, funcionários e professores. Quando a escola é inclusiva e se abre para o aluno e para a comunidade, a tendência é a diminuição da violência doméstica.

## REFERÊNCIAS

- APLLE, M.; BEANE, J. (Orgs.). **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- CANDAU, V. (Org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000. 259 p.
- CERRONI, U. **Política**: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COGGIOLA, O. Autodeterminação nacional. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- KEHL, M. R. Alta tensão. **Educação**. São Paulo: Segmento, a. 26, n. 227, mar./2000.
- LIPOVETSKY, G. **O crepúsculo do dever**: a ética indolor dos novos tempos democráticos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. 320 p.
- LINHARES, C. F.; GARCIA, R. L. (Orgs.). **Dilemas de um final de século**: o que pensam os intelectuais. São Paulo: Cortez, 1996. 216 p.
- PIVA, M.; SAYAD, A. Alta tensão. **Educação**. São Paulo: Segmento, a. 26, n. 227, mar./2000.
- OLIVEIRA, I. B. (Org.). **A democracia no cotidiano da escola**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1999. 123 p.
- SAMARA, E. M. **A família brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos, n. 71.
- SOTTO MAYOR, S. Pacto com a transgressão. **Educação**. São Paulo: Segmento, a. 26, n. 227, mar./2000.
- THURLER, M. G. **Inovar no interior da escola**. Porto Alegre: Artmed, 2001.